

“Seo” Zé e dona Maria entre Deus e Marx:

A Luta de Classes no Cotidiano de Enfrentamento, Orações e Comemorações nos Movimentos Populares dos Anos 70 e 80.

Mariana Esteves de Oliveira* - PPG-UEM

A partir dos anos 1960, a reformulação da Igreja Católica na América Latina, no âmbito da Teologia da Libertação, possibilitou a emergência de movimentos sociais diversificados que se articularam ante ao autoritarismo e a exploração que assolavam o continente. A partir disso, grupos anteriormente tidos como “inofensivos”, tal como clubes de mães, associações de bairros, reformularam suas posturas e formas de atuação e se configuraram como novos sujeitos e espaços no fazer-se da luta de classes. Em meio a essas reformulações, percebe-se um novo “desenhar” da política¹.

De fato, já há algum tempo que fazer política não é só “coisa de dotô”, e isto é percebido sobretudo na resistência ao regime autoritário em meio a uma efervescência cultural que muito contribuiu com essa guinada, pois, grosso modo, fazer música, cinema, universidade e até rezar, durante o regime militar, poderia significar fazer política.

Ainda assim me fascino com a história recente do Brasil quando me deparo com experiências onde o “fazer-se” da política é pensado, discutido e atuado por grupos e pessoas aparentemente alijados desse campo. As experiências populares dos anos 1970 e 1980 estão repletas de demonstrações que nos levam a refletir sobre, entre outros assuntos, o campo político, os caminhos e “descaminhos” dos movimentos sociais. Suas trajetórias políticas muito têm a nos ensinar.

É com esse intuito que busco, nas experiências ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980 em Andradina - SP, reflexões acerca do teor político dos movimentos populares cujas diretrizes estão na Teologia da Libertação. Nessa cidade, um instituto eclesial participou e orientou intensamente movimentos sociais diversos. O Lajes – Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor – fora uma entidade que, desde 1970 até

meados de 1990, trabalhou numa linha de “pastoral social” objetivando “*colaborar no processo de transformação da sociedade brasileira, à luz do evangelho e da análise científico-social, através da educação e organização popular na periferia de Andradina*”².

Neste espaço de reflexão, procurarei iniciar um diálogo com as fontes produzidas pelo próprio lajes, com documentos que representam *reflexões internas* da entidade e de alguns movimentos, como o de *Bairros* e o de *Mulheres*. Iniciarei pela inspiração religiosa matizada pela Teologia da Libertação e, em seguida, procurarei desvendar as práticas a que essas aspirações levaram no sentido da atuação política, embora lembrando que essa discussão se pretende introdutória.

Minha pergunta é bem simples: Como se configuraram os caminhos percorridos entre *conscientização* política e *atuação* propriamente dita?

I – A permissão de Deus.

Tentando desnudar como as manifestações associadas às reformulações da política guinaram de forma a inserir os sujeitos simples no complexo campo político, destaco a atuação dos movimentos populares guiados pela Teologia da Libertação, sobretudo nas práticas cotidianas das Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's.

Essa Teologia é o resultado das posturas tomadas por uma ala da Igreja Católica a partir das Conferências Episcopais - Medellín, 1968 e Puebla, 1979 - que por sua vez são desdobramentos do Concílio do Vaticano II, 1962. Tais desdobramentos não se constituem, contudo, como reflexo do Concílio europeu, mas como adaptação do pensamento dessa corrente para a realidade política e econômica do continente latino-americano³. Em sua “espinha dorsal”, encontra-se o pressuposto que todo o povo é igualmente merecedor das condições dignas de vida, sem distinções raciais, sócio-políticas ou econômicas, merecedor da liberdade e da igualdade que se contradizem tanto com o sistema econômico quanto com o sistema político vigentes na América Latina.

Os teólogos da libertação muito se preocuparam com a questão da conscientização política do povo. Pablo Richard, em ensaio sobre o tema, formulou duas situações

hipotéticas onde tencionava mostrar que fé e política deveriam se aliar para a libertação do povo. Segundo ele, por um lado, mesmo havendo uma conscientização política dentro das comunidades, junto ao próprio povo, mas na ausência de um trabalho pastoral libertador, por meio das CEB's por exemplo, a religiosidade “submissa” desse povo atravancaria esse processo e culminaria num “*vanguardismo*” político. Por outro lado, Richard supõe a situação contrária, ou seja, se houvesse uma forte conscientização desalienante da religiosidade popular, mas não fosse vinculada à situação concreta do político, o que haveria seria uma guinada para o espiritualismo. Dessa forma, ele assevera a necessidade de os grupos populares caminharem ao processo libertador pelos vieses simultâneos e atrelados da fé e da política ⁴.

Na prática, a Teologia incentivou sistematicamente o encontro dos cristãos com a política. Nesse sentido, um bom exemplo é a equipe Pastoral da Prelazia de São Felix do Araguaia, que publicou em 1981, o seguinte comentário: “*Entendemos a participação na política partidária legal como mais um espaço que deve ser ocupado pelas classes trabalhadoras, exploradas e oprimidas, (...), a nossa luta é pela mudança estrutural da sociedade*” ⁵.

Quando tais reformulações do “político” atrelaram-se à luta do povo na ordem de uma “luta de Deus”, Andradina caminhava nessa direção. Tanto o lajes quanto os movimentos que orientava voltaram esforços para o campo político.

Desde a década de 1970 as comunidades de base de Andradina já vinham recebendo orientações de cunho político. Assim, já se tomava contato com as premissas de se fazer política na prática das CEB's, no cotidiano de lutas cristãs, no processo de inversão dos pressupostos de que política se faz de “cima pra baixo” ⁶, sob inspirações evangélicas que a justificavam. Um documento intitulado “*Orientações sobre Política: Para uso das comunidades de Andradina – Resumo do encontro de janeiro de 1978*” pode ser entendido como justificador da ação política por parte dos membros da Igreja à medida que assevera:

“De início, entendemos por política tudo o que está ligado à organização da vida do homem em sociedade. Sendo ligada à vida em sociedade, a política atinge também a Igreja (...). O amor ao próximo pode se manifestar na vida particular de cada, mas deve se manifestar também na vida social, atingindo, portanto, a política”.

A partir de então o lajes passou a ter uma atuação mais voltada à conscientização política, evoluindo do assistencialismo “*para um trabalho mais profissional e libertador, que compreende avanços significativos*” pois caminha para o “*despertar do povo para a luta por seus direitos, nas reivindicações prioritárias*”⁷.

II – Maneiras de se fazer política: o povo em ação.

Inicialmente, os documentos sugerem uma participação indireta do lajes na política, pois ele iniciou um processo de conscientização, de educação política dentro do contexto da educação popular. Tal iniciativa pode haver sido o primeiro passo para o que viria depois, uma série de desdobramentos que acabaram por inserir sujeitos simples, homens e mulheres das comunidades periféricas no campo político, de forma plural: na política partidária, em embates políticos de enfrentamento ao poder público, na busca por direitos políticos, participação e etc.

No início da década de 1980, o lajes procurou atuar como fiscalizador da política. Em pleno processo de abertura, a entidade recorreu aos jornais locais para questionar os partidos que estavam se formando, os candidatos que estavam se configurando e os políticos que estavam atuando. Em decorrência, manchetes como “*IAJES pergunta aos candidatos*” (Jornal da Região, 29/09/1982) e ainda, “*IAJES sobre os partidos:*” (id. 24/10/1982) se tornaram corriqueiras no jornal local⁸.

Para além dos projetos em educação popular e do incentivo ao direcionamento político dos movimentos sociais, o lajes, nas eleições de 1982, deu mostras de uma participação mais direta na política partidária. O maior exemplo disso foi a candidatura da presidente da entidade para o cargo de vice-prefeito municipal pelo Partido dos Trabalhadores, ao qual a maioria dos “*iajistas*” se vinculou. A justificativa desse passo continua perpassando a inspiração evangélica iluminada pela Teologia da Libertação,

evidenciando a idéia de que a política é um instrumento de continuidade das lutas sociais impulsionadas pela Igreja:

“...Poucos meses antes de terminar meu mandato vejo-me na obrigação de apresentar minhas demissões. O motivo é que vou entrar diretamente na política partidária, apresentando-me como candidata a vice-prefeito pela chapa do Partido dos Trabalhadores. Ao longo da minha caminhada com o IAJES e com o movimento popular, aprendi que o povo deve assumir ativamente a participação política, se quiser ter esperança de um Brasil melhor e de uma nova sociedade, mais justa e cristã. Por isso tomei a resolução de entrar ativamente na política, sentindo esse passo como uma continuação da caminhada feita até aqui”⁹.

Dessa forma, evidencia-se também que o campo político se abriu para uma intersecção com essa Igreja e com os movimentos sociais no período de abertura. Contudo, seria enganoso pensar que tal intersecção ocorrera sem conflitos, recuos, frustrações. O campo político é sem dúvida uma esfera de atuação complexa, que detém regras de um jogo muito diferente do que os cristãos estavam habituados, pois no campo pastoral, impera o que frei Betto chama de “*caráter consensual, ético-emulativo*”¹⁰, o que tende a evitar o conflito acirrado e clamar pela irmanação das decisões em conjunto. É bem provável que daí surjam respostas às questões acerca da retração dessa atuação, sentida a partir da década de 1990, merecendo aprofundado estudo. Contudo, é imperioso que primeiramente tentemos reconstituir as trajetórias do lajes e dos movimentos sociais nesse caminhar para a política para que, em seguida, possamos postular de forma elaborada, uma análise que permeie as retrações dos campos envolvidos no processo até a atual situação de aparente inércia desses sujeitos.

Assim como no lajes, nos movimentos sociais se fez política intensamente. Entre um cotidiano de comunhão, oração, quermesses beneficentes, esse fazer político, num contexto de uma ampla luta de classes, pode ser bem detectado em nível coletivo, ou seja, partindo também dos movimentos e não exclusivamente dos sujeitos.

Isso pode ser observado, por exemplo, através das SAB's – Sociedades Amigos de Bairro –, que abraçaram, por volta de 1984, a luta pelo “*Orçamento Participativo*” ou “*Orçamento Popular*”, implicando intensa mobilização por parte das comunidades integradas (11 ao todo), nos esforços de manifestações, pesquisas exaustivas com mais

de 2000 entrevistas nos bairros para levantamento geral das necessidades da população, embates políticos travados com o poder público por sua implantação durante anos consecutivos, e etc. Evidenciando uma tentativa de mudança das estruturas políticas municipais, no intuito de que esse poder público aceitasse a participação popular nas decisões político-administrativas ¹¹. Nesse sentido, vale a pena lembrar também que, nas primeiras manifestações, quando da integração desses movimentos, as maiores demandas pediam por canos de esgoto, asfalto e outras de ordem reivindicativa ¹² que, apesar de se configurarem como protesto político, permeiam a questão da infraestrutura. A guinada para uma luta mais “política” reflete os resultados da educação popular – e política – que esses sujeitos recebiam, apreendiam e praticavam.

Assim como as SAB's, o *Movimento de Mulheres* também politizou suas causas. Sua emergência está ligada à influência dos movimentos *Contra a Carestia* e *Clubes de Mães* da cidade de São Paulo, que motivaram as "visitadoras" ¹³ dos IAJES e das CEB's a saírem às ruas, em mutirões, para chamar a atenção e explicar que lutas eram aquelas pelas quais as mulheres paulistanas estavam se unindo.

O movimento recebeu uma influência significativa do PT - Partido dos Trabalhadores, antes mesmo de se consolidar, haja vista que, por exemplo, em 18 de outubro de 1980, a então deputada estadual pelo PT, Irma Passoni, palestrou em Andradina para uma centena de donas de casa, em geral, moradoras da periferia e o tema do encontro foi "*a participação da mulher na vida social e política do país*" ¹⁴. Mas o maior engajamento político desse movimento tomou corpo quando das discussões acerca da participação das mulheres na política e na Constituinte. O assunto se tornou pauta imperiosa nos encontros e reuniões, culminando em documentos e emendas populares que foram enviados a Brasília numa tentativa de intervenção na feitura da carta constitucional. Se observarmos as trajetórias das demandas desse movimento, percebemos claramente tal guinada, sobretudo através dos temas dos encontros regionais semestrais entre 1982 e 1987. Do primeiro ao último analisado, até o segundo semestre

de 1986, temos: "*Troca de Experiências*", "*Violência*", "*Desemprego e Custo de Vida*", "*Desemprego e Custo de Vida - Aprofundamento*", "*Participação Política da Mulher*", "*Participação Política da Mulher e Constituinte*", "*Constituinte: Elaboração do Documento: Direitos que nós Mulheres queremos ver garantidos na Nova Constituição*", "*Constituinte e os Partidos Políticos*", "*Constituinte - Aprofundamento das Propostas dos Direitos que queremos ver garantidos na Nova Constituição*"¹⁵.

Tal trajetória se mostra explicitamente “politizante”, e não perde o caráter de movimento social, de enfrentamento, de luta de classe, e nesse sentido, é inegável que o movimento agregou conquistas, pois que, por terem resistido numa luta mais ampla e geral, conquistados alguns poucos e incipientes benefícios, por terem enviado assinaturas e emendas para a Constituição de 1988, elas se sentiram vitoriosas. Por serem simples, por serem donas de casas, senhoras católicas e mães de famílias, domésticas, comerciárias, operárias, prostitutas, enfim, por serem povo sentiram que eram mesmo, agora, autores da história, personagens não só do cotidiano sofrido e da luta diária, mas também sujeitos políticos, que interagiam com o poder, na qualidade de mulher e de cidadã.

A rigor, podemos pensar o direcionamento político da Igreja, representada aqui pelo lajes, e dos movimentos sociais, como instrumento das lutas travadas pelos sujeitos, das tentativas de transformação social, seja, como vimos, a partir da educação política, da atuação na política partidária, na luta por intervenção, participação direta e outros. Contudo, não devemos deixar de considerar que tais guinadas representam a entrada desses sujeitos em campo distinto: o político, onde novas relações se configuram, novos espaços de interlocução se constroem, evidenciando os limites e possibilidades no lutar por suas aspirações. Seus sucessos e fracassos, evoluções e retrocessos deverão ser analisados futura e brevemente, dando continuidade a essa incipiente reflexão.

Esboçar as portas políticas que foram abertas por esses sujeitos era o meu objetivo neste texto, refletir sobre suas conseqüências é quase um objetivo de vida.

* Mestranda no curso de Pós-Graduação em História da UEM, onde desenvolve a pesquisa "O lajes no Contexto dos Movimentos Populares da Década de 1980: A experiência de Andradina", sob a orientação do professor Dr. Sidnei Munhoz.

¹ Evitarei, aqui, as polêmicas em torno do termo "política", por um lado, por que tal discussão fora exaustivamente promovida no interior da intensa defesa da história política dita renovada, dos últimos anos, tendo como principais referências os franceses Jacques Julliard, René Rémond e Pierre Rosanvallon, culminando em reformulações em torno dos conceitos de política e um conseqüente "alargamento" dos mesmos, e, por outro lado, por que tenho a intenção de respeitar e analisar os conceitos de política definidos e redefinidos no interior das próprias experiências que analiso, na busca do entendimento do direcionamento dessas experiências ao campo político.

Sobre a revitalização dos conceitos de política e de história política, ler: JULLIARD, Jacques. A Política. In LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1979; RÉMOND, René (org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996 e ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. Revista Brasileira de História. V. 15, n° 30. São Paulo: 1995. E também sobre a abordagem a respeito do campo político, no interior da teoria dos campos, recomendo: BOURDIEU, Pierre. A Representação Política. In O Poder Simbólico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

² Cf. DOCUMENTOS lajes. *Reflexões sobre o trabalho Pastoral-Social na periferia de Andradina e sobre as atividades do lajes no primeiro semestre de 1981*. Andradina: 1981, 34 p.

³ A trajetória da ala progressista da Igreja Católica no âmbito das Encíclicas, Concílios, Conferências e etc, bem como suas derivações e desdobramentos podem ser conferidos em: RICHARD, Pablo. Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

⁴ Cf. RICHARD, Pablo. Religião e Política na Atual Situação da América Central. In. _____(org.) Virada do Século na América Latina. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. Pp. 9-32.

⁵ Estudo divulgado em: CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. Caderno do C.E.A.S. Salvador: C.E.A.S., v.73, março, 1981, p.21.

⁶ Processo que ocorria através dos esforços simultâneos de teóricos e intelectuais em uma linha que valorizava a autonomia do povo participativo, através, por exemplo, das metáforas do "sujeito da própria história", em conjunto com as experiências que se desenhavam nessa conformidade. A rigor, uma série de teólogos e intelectuais utilizou, para designar os sujeitos atuantes nos movimentos sociais do pós-70, termos como "*novo sujeito político*", que faz, grosso modo, parte de uma conceituação de caráter teórico-político intencional. Ana Maria Doimo tratou dessa questão e afirmou que "Enquanto Dom Mauro Morelli proclamava já em 1976 que '*nós devemos ser sujeitos da nossa própria história*', e enquanto teólogos progressistas entendiam, também em meados da década de 70, a presença do povo organizado como um '*novo sujeito histórico*', os intelectuais conferiram legitimidade a esse discurso, nomeando os movimentos sociais emergentes de '*novo sujeito coletivo*' [Cf. Moisés], '*sujeito popular*' [Cf. Petrini], '*sujeito político*' [Cf. Caccia Bava], '*sujeito político histórico*' [Cf. Martins], ou mesmo '*sujeitos de sua própria história*' [Cf. Evers]. Sader não só reconheceu essas falas em sua tese de doutoramento como a elas aderiu incondicionalmente, definindo sujeito coletivo como '*uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas*'. Cf. DOIMO, Ana Maria. A Vez e a Voz do popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - ANPOCS, 1995.p.78

⁷ Cf. DOCUMENTOS lajes, *Caderno IAJES*, Andradina: 1979, p.12.

⁸ O lajes possui, em seu acervo, álbuns contendo as notícias e manchetes que foram publicadas de si no decorrer de sua trajetória. Essas manchetes foram retiradas do próprio acervo, mas podem ser encontradas no arquivo do Jornal da Região. Cf. JORNAL DA REGIÃO. Artigos Publicados entre 1980 e 1982 versando sobre a política partidária, PT e Igreja. In DOCUMENTOS lajes. *Jornais*, Andradina: 1980-1988.

⁹ Cf. JORNAL DA REGIÃO, 03/07/1982. p. 01. In, DOCUMENTOS lajes. *Jornais*, Andradina: 1980-1988.

¹⁰ Cf. BETTO, Frei. Os Cristãos na Política. In: BOFF, Clodovis et al. *Cristãos: Como Fazer política*. Petrópolis: Editora Vozes, Coleção Como Fazer.1987.

¹¹ Cf. DOCUMENTOS lajes. *Sociedade Amigos de Bairro-1985: Orçamento popular Já!*, Andradina: 1985, 14 p.

¹² Cf. Id. Vitalidade das SAB's. Andradina: 1982, 11 p.

¹³ "*Visitadoras*" era o termo utilizado pelos movimentos e lajes para designar as mulheres, cerca de 60, que contribuíam nas CEB's, no lajes, nos movimentos como um todo, visitando famílias carentes, inventariando os problemas das comunidades, convidando essas pessoas a conhecerem e participarem dos movimentos e das atividades da Igreja de uma forma geral. Segundo ALVES, são essas mulheres "*visitadoras*" que, ao se envolverem com a comunidade e os problemas das periferias, tomam consciência de seu papel político de articuladoras e dão impulso aos movimentos populares em Andradina, inclusive o de mulheres. Cf. ALVES, Marivalda. *lajes: Uma Entidade em Movimento*, Lins: 1989. 125 p. (TCC - Faculdade de Serviço Social de Lins), p. 41.

¹⁴ Cf. JORNAL DA REGIÃO, 18/10/1980:s.p. In DOCUMENTOS lajes, *Jornais*, Andradina: 1980-1988.

¹⁵ Cf. DOCUMENTOS lajes, *Relatório: MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES*, Andradina: 1987: 01-02.